

ELOGIO HISTÓRICO DO DR. ARTUR  
DE MORAIS CARVALHO (\*)

*por* João Paulo Cancellia de Abreu

Vogal do Conselho Distrital de Lisboa

Fez, no passado dia 15 de Janeiro, três anos que faleceu o Dr. Artur de Moraes Carvalho.

Pela única razão de ter sido seu companheiro de escritório durante 16 anos — que outro título não tenho que justifique a escolha — encarregou-me o nosso Bastonário da difícil mas honrosíssima missão de fazer o «elogio histórico» de quem foi o décimo Presidente da Ordem dos Advogados.

Estes «elogios históricos» são uma das mais nobres e antigas tradições desta Casa. Tradição velha de 125 anos, herdada da venerável Associação dos Advogados de Lisboa, para quem estas homenagens constituíam uma obrigação imposta pelo seu Regimento.

Vou pois tentar cumprir esta, para mim, bem grata obrigação.

Artur de Moraes Carvalho nasceu em Lisboa em 22 de Janeiro de 1884.

Era filho de Alberto António de Moraes Carvalho, que

---

(\*) Proferido na Ordem dos Advogados, em Lisboa, na sessão solene de 31 de Janeiro de 1963.

foi Advogado em Lisboa, onde conquistou grande prestígio no foro.

Atraído pela política, o Dr. Alberto António foi deputado e, mais tarde, por aclamação, ascendeu ao Pariato, tendo sido Presidente da Câmara dos Pares. Sobraçou as pastas da Justiça e da Fazenda. Escreveu vários livros, num dos quais, *Le Problème de l'Univers*, editado em francês, sustenta uma nova interpretação do Universo, à luz de toda a filosofia e ciência conhecidas, formulando algumas hipóteses que só muito mais tarde puderam ser confirmadas.

Era neto de outro Alberto António de Moraes Carvalho, também jurista eminente, também advogado com uma carreira brilhante, que a política começou por atirar para o exílio para o guindar, depois, a Par do Reino e a Ministro da Justiça.

Moraes Carvalho avô deixou vários escritos jurídicos e ainda hoje se lêem, com grande interesse, as polémicas que sustentou com o Visconde de Seabra, durante os trabalhos preparatórios do Código Civil.

Artur de Moraes Carvalho era, pois, portador de apelidos já ilustres no foro e na política. Muitas vezes, o peso do nome de família torna mais difícil a afirmação da própria personalidade. Mas Artur de Moraes Carvalho bem soube, logo no início da sua carreira, suportar as responsabilidades dos seus apelidos e logo começou a construir o seu próprio nome.

Já na Universidade de Coimbra se distinguiu. Como dizia o seu condiscípulo, o Prof. Beleza dos Santos,

«era muitíssimo considerado por todos os estudantes do seu curso e por aqueles que o conheciam, sem excepção, pela sua alta inteligência e saber, pela finura e simplicidade do seu trato, pela solicitude em ajudar os outros, pela

sua impecável lealdade, pela sua despreensão, pelo seu bom humor sorridente, às vezes levemente avivado por uma ironia em que nunca existiu ponta de maldade».

Este retrato dos seus tempos de estudante, traçado por mão de mestre, manteve-se, sem envelhecer, pelos anos fora. Manteve-se sempre igual a si mesmo.

Cursava o seu 3.º ano, quando a pedido do Prof. Marnoco e Sousa, publicou a dissertação apresentada na cadeira de Economia Política, sobre um tema da maior acuidade naquela época: *Companhias de Colonização*.

Trabalho de profunda investigação, que revela rara lucidez, extraordinária maturidade de espírito num jovem de 19 anos apenas. Algumas ideias que defendeu sobre as causas, a utilidade e legitimidade da colonização podem agora considerar-se «ultrapassadas». Ultrapassadas pelo excesso de velocidade em que hoje se caminha, não se sabe bem para onde...

Ao apontar a colonização como fenómeno constante e universal da História — muito embora possa mudar de aspecto ou de nome — Morais Carvalho já não nutria românticas ilusões sobre a natureza humana. E, com o apoio de Jhering, Leroy-Beaulieu e outros, sustenta a legitimidade — porque fatalidade histórica — desse fenómeno que leva os povos mais civilizados ou mais fortes a exercer sempre alguma forma de domínio sobre os mais fracos, mais atrasados. Em suma: a eterna lei da luta pela vida, a eterna «lei da selva». Única lei verdadeiramente compreendida pelos povos que da selva ainda se encontram próximo...

Sustentava ser-nos prejudicial o sistema de colonização por grandes companhias majestáticas, geralmente com capitais estrangeiros. E—o que para a época seria revolucionário — defendeu a necessidade da intervenção do Estado, exercendo-se na execução dos chamados trabalhos preparatórios

da colonização e no apoio e protecção da iniciativa privada.

São velhas de sessenta anos e podiam ter sido ditas ontem estas palavras com que encerra a sua dissertação:

«Quando outras nações trabalham na conquista de novos elementos de produção, Portugal precisa não adormecer à sombra de passadas glórias, que não bastam para assegurar o respeito do Mundo.

Agora que não vivemos livres de vizinhos no Continente Africano, hoje que nos rodeia um círculo de ambições sempre prontas a converterem-se em espoliações, no momento actual em que a civilização impõe aos povos colonizadores os maiores progressos e os mais altos deveres, temos que explorar eficazmente as nossas colónias, transformá-las em grandes mananciais de riquezas, se não queremos ser expropriados como incapazes dessa elevada missão. Empreguemos aí o melhor do nosso esforço, toda a nossa iniciativa e as energias que dispomos».

Aluno sempre bem classificado — dos melhores do seu curso a par do Prof. Beleza dos Santos — concluiu a sua licenciatura, em 19 de Junho de 1905, com distinção.

Não ascendeu à Cátedra por modéstia — outro dos traços essenciais do seu carácter. É ainda Beleza dos Santos que nos diz ter sentido «sincero desgosto por não o ver ensinar na sua Faculdade, como tanto merecia pelas suas altíssimas qualidades intelectuais e morais».

Vem para Lisboa e abre banca de advogado no escritório que fora de seu pai, na Rua do Ouro. Tinha, como compadre, o Dr. Lopes Vieira, pai do poeta.

Nesse agitado período da nossa vida nacional, Morais Carvalho, por tradição de família mas, sobretudo, por firmes

convicções próprias, toma nítida posição política, militando e exercendo funções directivas na «Causa Monárquica».

Mais um advogado a quem a política atraiu. Raro é o grande advogado que por ela se não dêixa seduzir. Como nota Henri-Robert, os advogados «habituaados profissionalmente a falar em público, exercitados a abordar todos os assuntos, a assimilar rápidamente todas as questões, a replicar quando é preciso, com espírito e vivacidade, têm por isso mesmo, notável vantagem nas lutas eleitorais, em que a eloquência é soberana».

Parece, assim, que os advogados são arrastados à política pela sua formação ou deformação profissional, de defensores-natos de todas as causas. Fazer política será, afinal, aceitar o patrocínio de mais uma causa, daquela que se supõe ser a mais nobre, a mais elevada, a mais justa—a causa do seu País.

Como em todas as causas o advogado pode errar, pode perder. Como em todos os processos há — tem de haver — advogados de uma e de outra parte. Mas o que importa, aqui como em todas as causas, é que o patrocínio seja exercido com a sincera convicção de que se defende a Verdade e a Justiça.

Foi notável a actividade que Moraes Carvalho exerceu para tentar a união dos grupos monárquicos, partidários dos dois ramos da Casa de Bragança. A correspondência que manteve, nessa época, com o Rei exilado, com o Conselheiro Luís de Magalhães, com Aires de Ornelas, com Alfredo Pimenta e com outros grandes vultos da política monárquica, bem merecia ser publicada.

Aliava à firmeza e coerência das suas convicções a tolerância e o respeito pelas ideias e opiniões contrárias.

Nunca o moveu qualquer espécie de ambição política;

sempre se furtou a assumir qualquer cargo de relevo; sempre recusou honrarias. Mas a sua opinião, o seu sensato conselho, eram continuamente solicitados e ouvidos. Foi, em determinada altura, como que a «éminence grise» do seu partido.

Para se ver o alto conceito em que era tido, basta ler a carta que lhe dirigiu el-Rei D. Manuel quando, mais uma vez, Moraes Carvalho pretendia furtar-se a nomeações e honrarias que, na sua modéstia, supunha sempre imerecidas:

«Hoje, meu querido Moraes Carvalho, não venho discutir consigo razões ou argumentos. Como Rei, que já celebrou a sua maioridade de exilado e como amigo, venho apelar para o Português tão dedicado e leal, para o Português de tanto valor, insistindo para que aceite este posto. Os seus méritos e as suas qualidades para esse cargo julgo-os eu. E exactamente por reconhecer essas excepcionais qualidades é que el-Rei insiste».

Mesmo os seus adversários políticos reconheciam os seus altos méritos, o seu aprumo, a sua primorosa educação. Norberto de Araújo observou um dia que a República deveria nomear Moraes Carvalho embaixador de Portugal em qualquer grande capital europeia...

A sua carreira política só se tornou conhecida do grande público quando, em 1922, com Aires de Ornelas, Manuel Duarte, Carvalho da Silva e Paulo Cancellia de Abreu, foi eleito deputado monárquico pelo círculo de Lisboa.

São da sua estreia parlamentar, em 2 de Março de 1922, estas palavras — profissão de fé e programa que bem soube cumprir:

«Sou soldado disciplinado de uma causa cujos alicerces são os princípios da ordem, disciplina e autoridade.

Como membros da opposição, o objectivo principal será o exercicio, aqui dentro, de uma fiscalização persistente, exercida aliás com aquella correcção e respeito pelas opiniões contrárias que devem ser timbre das discussões parlamentares, o que não prejudica, antes se concilia, com aquella cooperação que eu entendo dever prestar a todas as providências, venham de onde vierem, que possam contribuir para o bem do meu País».

Mais tarde, coerentemente, dá o seu caloroso apoio ao projecto de regulamentação do «habeas corpus», apresentado pelo deputado Dr. Pedro Pitta, para, como dizia, tentar «pôr cobro às violências e coacções do Poder».

Entendia que tal projecto «se impunha porque não bastava reconhecer o direito e a liberdade individual. O que era importante era garantir esse direito e essa liberdade».

E, para ilustrar a necessidade da regulamentação do «habeas corpus», acrescentava estas palavras que tanto poderiam ter sido ditas, como o foram, em 1922, como em várias outras épocas da nossa história política:

«Todos nós temos mais ou menos conhecimento de casos ocorridos, dia a dia, na administração da Justiça em Portugal e, sobretudo, o de actos policiaes praticados nestes últimos tempos, de manifesto abuso, para reconhecermos que as liberdades individuais não estão suficientemente garantidas entre nós».

Seguindo na esteira parlamentar de seu Pai, dedicou-se, preferentemente, ao estudo e discussão de assuntos financeiros, económicos e fiscaes.

Nos coloridos *Diários das Sessões* daquela época, o tom dos seus discursos faz contraste pela serenidade, pela correcção

da forma, pela profundidade e nobreza de conceitos, pela ausência de ataques pessoais.

Mas, felizmente, a política não o absorvia totalmente, e o advogado ia prosseguindo a sua carreira.

Transferiu o seu escritório para a Rua Nova do Almada, onde havia de permanecer, mais de 40 anos, tendo como companheiro de trabalho, desde a primeira hora, o que era também seu companheiro nas bancadas de S. Bento: meu Pai, Paulo Cancellia de Abreu.

Continuou a dar a sua colaboração à Associação dos Advogados de Lisboa, nobre antecessora desta Ordem. Foi, durante largos anos, primeiro secretário dessa Associação, intervindo na discussão e estudo de muitos problemas que aí foram debatidos.

Foi ali que leu, um dia, uma notável memória intitulada *Trusts e Cartéis*, em que fez o estudo histórico-jurídico dessas grandes coligações industriais dos tempos modernos e da sua regulamentação legal nos vários países.

Conclui esse trabalho com este lapidar ensinamento:

«Sempre que as leis dos homens pretendem contrariar as leis da natureza, sempre que o legislador se esquece de que a sua missão não vai além de acompanhar o desenvolvimento normal das sociedades e instituições, que nascem como expressão de necessidades colectivas pelo entrechoque dos interesses individuais, o seu trabalho resulta vão e estéril e quebra-se de encontro à resistência passiva mas formidável dessas forças, como as ondas altas do mar contra a impassibilidade esmagadora dos rochedos.

O legislador não cria, nem destrói: apenas interpreta e coordena.

Quando as proibições que decreta ou as instituições



que levanta são ao arrepio do livre jogo das forças da natureza e das necessidades sociais, elas estão destinadas a ter uma vida efémera semelhante à das rosas de Malherbe».

Deixou colaboração dispersa em revistas jurídicas, nomeadamente em *O Direito*. E pena é que não tenha publicado algumas das brilhantes peças processuais que elaborou e que assinalam a sua intervenção em importantes processos. Basta lembrar a sua actuação nos célebres processos arbitrais entre o Estado e a Companhia de Moçambique, em que, ao lado da fulgurante inteligência do Dr. Francisco de Mascarenhas Gentil, patrocinou os interesses dessa companhia.

Mas Morais Carvalho não se fechava egoistamente no seu gabinete de advogado. Nunca se esquivou a dar o seu total contributo a bem da sua classe.

Depois de ter feito parte, durante largos anos, dos corpos directivos da Associação dos Advogados de Lisboa, encontramo-lo nos vários conselhos desta Ordem dos Advogados.

Em 1928 foi eleito para a vaga deixada por Cunha e Costa no Conselho Geral.

Em 1936 foi nomeado para o Conselho Superior, para a vaga deixada por Domingos Pinto Coelho.

Em 1941 foi escolhido para 2.º vice-presidente do Conselho Geral.

Até que em 1948 os seus pares o distinguiram com a eleição para Presidente do Conselho Geral — para «Bastonnário», designação esta que só recentemente teve acolhimento legal mas que o uso há muito consagrara.

Recordo bem o que esta eleição feriu a sua modéstia. A relutância que teve em aceitar o cargo, que afirmava não

merecer e que, no entanto, soube desempenhar com raro apurmo e extrema dedicação.

Foi sua principal preocupação a organização da nossa Caixa de Previdência, em cujos estudos preparatórios já se empenhara, colaborando com o Bastonário Dr. Sá Nogueira.

Durante o seu mandato, instalou-se a Conferência Preparatória dos Candidatos à Advocacia.

No discurso inaugural dessa conferência, o Bastonário advertia os jovens estagiários:

«Quem se dispõe a ser advogado, deve contar, antecipadamente, com trabalho e estudo para toda a vida: a profissão, neste ponto, é inflexível e quem não tiver o gosto de estudar, melhor é que desde já se afeiçoe a outra carreira».

E Moraes Carvalho, até ao fim da sua vida, com a sua actividade profissional já reduzida, nunca deixou de estudar, de ler as revistas jurídicas, de anotar os seus códigos.

Permaneceu sempre perfeitamente actualizado. E não só no campo do direito. Na sua secretária, a par de velhos códigos, via-se o último trabalho histórico, o último romance, a última peça de teatro. Como tantos outros advogados, entendia que a cultura literária era indispensável ao exercício da advocacia. Cada peça processual deveria ser uma obra de arte, pela elegância da forma, pela graduação e ritmo da argumentação, pela precisão dos conceitos. Já dizia o grande advogado francês Barboux: «Si vous voulez bien plaider, lisez les poètes».

Moraes Carvalho cuidava que em Portugal nem seria necessário ler os poetas; bastaria que os advogados tivessem, como livro de cabeceira, o velho Código Civil, não para estudar os transitórios regimes jurídicos que estabelece mas para

bem apreender a eterna beleza da sua linguagem — concisa, clara, elegante. A leitura desse código quase centenário bem salutar seria, sobretudo para aqueles que, sem especiais habilitações literárias ou técnicas, sem saber português, se abalançam hoje a articular uma lei — e tantos desses articulados bem mereciam ser indeferidos «in limine»...

Morais Carvalho castigava, torturava a sua prosa, emendando várias vezes o mais ligeiro requerimento, sempre insatisfeito, sempre em busca da fórmula mais simples e mais clara.

Nos últimos 25 anos da sua vida, afastado da política activa, liberto de quaisquer vinculações ao poder político ou económico, em situação de absoluta independência, Moraes Carvalho foi, somente, advogado.

Mas dizer que se é «sòmente» advogado é dizer que se exerce a mais completa, a mais absorvente, a mais emocionante das profissões, aquela em que melhor se podem realizar as mais nobres qualidades humanas. Nunca é demais recordar que até o irreverente Voltaire considerava a advocacia «le plus bel état du monde»!

De um único orgulho Moraes Carvalho era capaz: o orgulho da sua profissão.

Lembro-me que um dia me leu, do livro de Cunha e Costa *O perfeito Advogado* — como paradigma que ele se considerava bem longe de atingir — a célebre tirada de Paillet:

«Dai a um homem todas as qualidades do espírito, dai-lhe todas as do carácter, fazei com que tenha visto tudo, aprendido tudo e tudo retido, que tenha trabalhado sem descanso durante 30 anos da sua vida, que seja cumulativamente um literato, um crítico, um moralista, que possua a experiência de um velho, o ardor de um manco, a memória infalível de uma criança; fazei final-

mente com que todas as fadas venham, sucessivamente, embalar-lhe o berço, dotando-o de todas as faculdades: talvez com isso se consiga formar um advogado completo».

Não faltavam, a Morais Carvalho, qualidades de espírito, de carácter e a cultura para ser esse «advogado completo». Mas, por modéstia, e até por desconfiança de si próprio, nunca chegou a conquistar, na profissão, o renome que merecia. Fugia ao contacto do público, esquivava-se ao bulfício das audiências. Não porque menosprezasse o trabalho na «barra» do tribunal. E sempre que teve ocasião de fazer alegações orais, produzia-as com raro brilho, pertinência e sobriedade. Por tendência do seu espírito, por temperamento, foi-se, pouco a pouco, tornando essencialmente um advogado de gabinete.

Foi, no entanto, um advogado que soube cultivar todos os ramos do direito, passando, com a maior facilidade, dos problemas de direito fiscal para os de direito de família, das questões administrativas para as comerciais. Era advogado de «clínica geral», espécie que continua, entre nós, teimosamente, heróicamente, a resistir às modernas correntes da especialização.

Por quanto tempo ainda?

É que pretender pleitear por tribunais espalhados pelos quatro cantos da cidade, com julgamentos marcados para o mesmo dia, às vezes à mesma hora; pretender abarcar os 45 000 decretos da República e a doutrina que os inspira e a jurisprudência que deles decorre vai-se tornando tarefa sobre-humana. Nem cérebros electrónicos poderão digerir e seleccionar esta avalanche legislativa que sobre nós vai desabando.

E, no entanto, ai do advogado que não estiver sempre em

dia com a última lei. O médico pode, impunemente, continuar a usar o remédio mais antigo, que talvez ainda seja mais eficaz e seguro do que o da última moda. O advogado não tem perdão se invocar lei revogada.

Com perda do seu valor social e cultural, o advogado vai sendo fatalmente empurrado para a especialização por essa avalanche de leis e de jurisprudência. Será forçado a saber cada vez mais de cada vez menos, em vez de continuar a pretender saber alguma coisa de quase tudo.

Morais Carvalho, pela sua formação humanista, seria incapaz de se adaptar a essa concepção do advogado-especialista, com conhecimento minucioso de meia dúzia de regulamentos mas que considera sobrecarga inútil o conhecimento dos princípios gerais, da filosofia do direito, da filosofia da vida.

No seu calmo gabinete de trabalho, rodeado de seus livros que reflectiam o ecletismo da sua cultura, Moraes Carvalho pôde continuar a ser, até ao fim, o advogado que por tudo se interessava e tudo e todos procurava compreender.

Assim foi até ao último dia. Em 15 de Janeiro de 1960, depois de, como sempre, ter ido ao escritório, ter conversado com os seus amigos, Moraes Carvalho deixou-nos brusca-mente, inesperadamente, em plena pujança do seu espírito, aos 75 anos de idade.



É esta a biografia do décimo bastonário desta Ordem, Dr. Artur de Moraes Carvalho.

O que disse até agora qualquer biógrafo, com os mesmos elementos de consulta, o poderia fazer melhor.

Mas sinto que não foi para fazer uma fria e impessoal narrativa dos factos da vida do Dr. Moraes Carvalho um

académico «elogio histórico» que o nosso actual Bastonário me cometeu este honroso encargo. Eu sinto, eu sei, que neste solene julgamento que estamos realizando fui chamado a depor porque se pensou que o meu testemunho seria idóneo pela sua razão de ciência.

É que o Dr. Morais Carvalho foi o meu Patrono durante o meu estágio; foi o meu Mestre durante os 16 anos em que com ele trabalhei; foi o meu Amigo de sempre.

É neste aspecto puramente pessoal que o meu depoimento pode ter algum valor. Permitam agora que abstraia um pouco do político, do parlamentar e, até, do jurista, para falar sobretudo, nas qualidades humanas de Morais Carvalho.

Já lá vão mais de três anos mas, todos os dias, ao entrar no seu gabinete que é agora o meu, ao folhear os seus livros, ao sentar-me na sua cadeira, não posso deixar de o recordar a todo o instante.

Tudo ainda me fala nele. Mas, apesar disso ou por isso mesmo, receio que dele não vos saiba falar.

É que enquanto as impressões, os sentimentos ainda estão bem vivos em nós, não se sabem exprimir. «Vivre, bien sûr, c'est un peu le contraire d'exprimer» como dizia Albert Camus.

Uma das mais gratas recordações que me ficaram foi a sua maneira de conversar. Para o ouvir, para lhe falar, todos os dias procurava chegar um pouco mais cedo ao escritório.

Morais Carvalho possuía, na verdade, essa rara virtude de saber conversar. E saber conversar é, sobretudo, saber escutar. Ouvir com atenção, com deferência mesmo, as opiniões alheias. Coisa que hoje cada vez menos gente sabe fazer. Hoje quase ninguém sabe conversar: apenas se sabe discutir...

Conversa em que afloravam todos os temas — o último acontecimento, o último livro, a última anedota. Com a aten-

ção bem desperta para tudo o que se ia passando pelo Mundo, dia a dia informado pelas melhores publicações estrangeiras, Morais Carvalho tinha sempre o comentário mais justo, a previsão mais acertada. Certas previsões que fez, tantas vezes ao arrepio dos seus desejos, ainda agora vão tendo plena confirmação.

Outros beneficiaram dessa sua arte de conversar. Reatando velha tradição lisboeta, rara era a tarde em que não se reunia com alguns amigos em torno de uma mesa de chá. Cada um com as suas ocupações ou preocupações, que esqueciam mergulhando no prazer daquela palestra amena, temperada pela subtil ironia de Morais Carvalho.

Tinha, na verdade, um raro sentido de humor — um dos mais seguros sintomas da amplitude e agilidade da sua inteligência. Mas, se era irónico, nunca foi sarcástico; se malicioso, nunca malevolente. Nunca permitiu que um seu dito de espírito pudesse magoar alguém.

Homem culto na verdadeira acepção da palavra, por muito ter lido, por muito ter viajado e vivido, por muito ter sabido esquecer. Nunca fazia alarde de erudição e era timidamente, quase humildemente, que expunha as suas opiniões, mas sempre com rara clareza e elegância.

Olhava tudo e todos cheio de compreensão e benevolência. Nunca soube o que era ter ódio ou sequer má-vontade a alguém.

Aquelas nossas conversas versavam, por vezes, problemas jurídicos, sobretudo durante o período do meu estágio.

Sem nunca alardear a superioridade da sua ciência ou da sua experiência, sem nunca humilhar nem desencorajar, soube, pouco a pouco, fazer compreender a quem saía da Faculdade, convicto de possuir toda a ciência jurídica, que era total a

sua ignorância da vida prática forense e bem relativos os seus conhecimentos teóricos. Converteu as minhas balofas certezas em dúvidas salutares, obrigando-me a abandonar preconceitos, a refazer raciocínios.

E era assim para todos os advogados mais novos que o tiveram como patrono ou que o procuravam para se aconselhar em alguma emergência. Todos lhe ouviam, além de uma opinião sempre prudente, uma palavra de compreensão e estímulo.

Com que paciente atenção lia, emendava e comentava os nossos primeiros trabalhos. Com que alegria acompanhava os nossos pequenos êxitos. E como nos sabia animar nas nossas primeiras decepções!

A sua maneira de agir perante a clientela, perante os seus processos, era uma permanente lição. O valor das acções só tinha interesse para efeitos do Código das Custas. Nem por serem de pequeno valor certos processos lhe mereciam menor atenção ou estudo menos escrupuloso.

O cliente era um amigo que se lhe devia confiar totalmente — não admitia, nesse ponto, a menor reserva. Como um velho médico de família, conhecia, normalmente, todos os antecedentes pessoais e familiares da sua clientela. E o seu conselho tinha em conta essa «história clínica» para poder ter melhor efeito preventivo pois, a todo o custo, procurava evitar futuras questões judiciais.

E, quanto a honorários — no seu entender o único aspecto desagradável da profissão —, era total o seu desinteresse. Qualquer pretexto — a mais vaga recomendação, o mais remoto conhecimento — lhe servia para se furtar à tortura da elaboração da conta dos seus serviços. E, por simples caridade, quanta advocacia trabalhosa e dispendiosa exerceu! Poderá dizer-se que a sua situação independente lhe permitia este



desinteresse. Mas é tantas vezes naqueles que já não precisam de satisfazer necessidades primárias que se encontra maior avidez!

Talvez o único defeito dos seus conselhos fosse o tom duvidoso e condicional que, por vezes, revestiam, deixando insatisfeito o cliente sôfrego de certezas.

Não era só às três clássicas perguntas do litigante ansioso — quanto custa a demanda? quanto dura? ganho ou perco a causa? — que Morais Carvalho não queria responder. Evitava também dar resposta categórica a muitas outras questões.

Por vezes, chamava-me para que, com a ousadia da minha ignorância, eu desse ao cliente a informação menos duvidosa por que ele ansiava.

E afinal, discutida e julgada a causa, com sorte vária nas várias instâncias, aquela dúvida é que mostrava ser a única certeza possível nas coisas do Direito...

Desculpem que egoístamente, deleitando-me em reviver momentos da minha vida em que convivi com Morais Carvalho, em que tive a rara sorte de conhecer o que é a verdadeira amizade de alguém de raras qualidades, esteja roubando o vosso tempo. É que sinto que não obstante todo o meu esforço, com estes apontamentos não consegui traçar-vos o retrato fiel do nosso Bastonário.

Tenho a impressão de que esbocei um quadro de pintura subjectiva, de contornos indefinidos, de tonalidades incertas, como os quadros de certas escolas modernas. Não fui capaz de vos dar uma imagem nítida, como a deste seu retrato, de belo recorte clássico, pendente nesta galeria dos antigos Bastonários.

Mas talvez com o depoimento de outras testemunhas — a todos os títulos bem mais qualificadas e idóneas — possa ficar mais nítida e fiel a imagem.

Paulo Cancellia de Abreu, com a autoridade que lhe deu um convívio e uma amizade, sem quebra, durante mais de 40 anos, disse de Moraes Carvalho, poucos dias depois da sua morte, na Assembleia Nacional, estas comovidas palavras:

«Carácter impoluto, alma grande, lúcida inteligência, reforçada por vasta cultura e apurado equilíbrio mental, selado por inexcedido bom senso e a tal ponto escrupuloso que duvidava da própria certeza, por temor ao erro e à injustiça.

Modesto, generoso e tolerante, espírito gentilíssimo, impecável nas maneiras, fidalgo no trato para com todos, de tal modo, em tal extremo, que chegava a revestir-se de humildade.

Para culminar, recebeu da Providência, em infinita escala, a maior graça que pode ser dada ao homem: a bondade».

O Prof. Beleza dos Santos, seu grande amigo de mais de meio século, que há bem pouco nos deixou, não quis partir sem escrever este seu depoimento:

«Na sua alma de ouro puro, nunca entrou nem inveja, nem ambição, nem orgulho, nem presunção, nem convicção da própria superioridade, mas só delicadeza, dedicação pelos outros, compreensão inteligente, indulgência sem limites».

Se todos os seus amigos, alguns aqui presentes, fossem chamados a depor, o mesmo diriam, certamente, sem qualquer contradição.

E permitam que francamente conclua: em Moraes Carvalho não importa a Obra do político ou do jurista — mesmo que porventura nos tivesse legado dezenas de livros e tratados, mesmo que tivesse ascendido aos mais altos postos e

colhido todas as merecidas honrarias e consagrações. O que importa é esta imagem que dele continuam a guardar todos os que bem o conheceram. A sua Obra não foi o que deixou escrito ou o que realizou, mas a forma como soube viver e conviver. O que importa é essa sua lição permanente de simplicidade, de compreensão, de bondade, de justa medida em tudo.

Poderia, talvez, definir-se Morais Carvalho com uma única palavra, se ela não estivesse já tão gasta e tão desvalorizada pelo uso indevido. Poderia dizer-se que Artur de Morais Carvalho foi, na mais completa acepção, um verdadeiro «gentleman».

Se, na feliz definição de Péguy, a saudade «c'est la présence d'une absence», Artur de Morais Carvalho continua bem presente em todos nós, na saudade que por ele sentimos. E é esta presença o seu melhor elogio; esta saudade a melhor homenagem que lhe podemos prestar.